

Câmara Técnica de Educação - CTE

Reunião dia 10 de março de 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Reunião conduzida pela Coordenação Geral de Educação, realizada no dia 10/03/2022, no horário das 9h às 12h, por meio da Plataforma Zoom.
- Participação média de 120 pessoas, provenientes da maioria das Unidades/Escritórios e representantes de Programas e Cursos.
- **Pautas principais:**
 - 1 Retomada planejada das atividades presenciais, com a presença de Marília Santini (anexo e Daniel Villela);
 - 2 Ensino híbrido. Apresentação de Moacyr Torres Junior (Coordenação de Desenvolvimento Educacional de Processos Educativos Híbridos e EAD da ENSP – CDEAD);
 - 3 Auxílio à permanência do estudante de pós-graduação (Cristiani Machado (Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz)

¹MEMÓRIA DESCRITIVA

INTRODUÇÃO

A Reunião da CTE realizada na manhã do dia 10 de março de 2022 (das 9h às 12h00), por meio da plataforma Zoom, contou com a participação de cerca de 120 pessoas, incluídos os membros (Vice-Diretores de Ensino das Unidades, Coordenadores de Programas e Cursos) e representantes de outras áreas da Presidência.

A pauta foi distribuída em três grandes temas: 1 - Retomada planejada das atividades presenciais; 2 - Ensino híbrido; e 3 - Auxílio à permanência do estudante de pós-graduação.

Esta memória contém recuperação sintética das apresentações e discussões realizadas, trazendo ao final, como Anexos, as reproduções de apresentações realizadas, assim como a lista de presença.

¹ Memória elaborada por Alex Bicca e Danielle Santos. Revisada por Isabella Delgado e Paulo Carvalho

Abertura

A vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação, Cristiani Vieira Machado, abriu a reunião e saudou aos presentes. Primeiramente fez breve fala sobre a luta feminina, fazendo referência e parabenizando pelo Dia das Mulheres. Em seguida agradeceu a participação da convidada Marília Santini, da Coordenação da Pandemia, e Daniel Villela (do Observatório Covid-19) que fará a segunda apresentação, compartilhando o olhar do Observatório sobre a situação atual da pandemia no país.

Cristiani destacou que o primeiro ponto a ser abordado é o retorno presencial pleno, tanto no processo relacionado ao trabalho quanto à educação. Relembrou que, desde meados de 2021, já foram iniciados planos e ações de retomada. A partir de janeiro de 2022, respeitando o planejamento de cada Unidade, estão retornando as atividades.

A vice-Presidente ressaltou que o segundo ponto de pauta será o ensino híbrido e, para finalizar, o a última discussão da reunião será sobre o Auxílio permanência aos estudantes na pós-graduação na Fiocruz.

Em seguida, Cristiani passou a palavra para a coordenadora Geral de Educação, Cristina Guilam, que agradeceu a presença dos participantes, sinalizou que grande parte da VPEIC está presente, e que como a introdução de Cristiani foi bem completa, deu continuidade, pedindo a primeira convidada, Marília Santini, iniciar a sua apresentação.

MEMÓRIA DAS DISCUSSÕES

1. Retomada planejada das atividades presenciais

Marília Santini (Coordenação da Pandemia) iniciou sua apresentação ([Anexo 1](#)) com slides que mostram o plano de convivência após a onda da variante Omicron. Falou sobre a diminuição significativa de número de casos em todo Brasil, e o aumento da cobertura vacinal, com inclusão de crianças acima de 5 anos e a retirada de máscaras.

Em seguida reproduziu quadros com números de vacinados em todo o mundo. Cerca de 56% da população mundial já está vacinada, sendo que no território brasileiro temos 73% da população vacinada, com o esquema inicial.

Além destes dados, através do mapa do Brasil, é possível visualizar, agora, no Brasil, apenas os estados do Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal, estão estáveis, e todos os outros estão com os índices em queda.

Outro fator destacado na apresentação, é que o número de testes na Fiocruz, nos últimos 35 dias, só tem positivado no máximo, um por semana, tendo semanas zeradas.

E para a Fiocruz, também temos o quadro de colaboradores com cerca de 99% vacinados com duas doses e 44% com dose de reforço, em uma população total de 19.266 pessoas.

Marília diz que, com este cenário atual, fica concluído que é seguro trabalhar presencialmente, neste momento, em todas as Unidades da Fiocruz. Sempre reforçando medidas preventivas, mais testagem de fácil acesso e sistema de monitoramento realizado sistematicamente pelo grupo de vigilância.

Daniel Villela (Observatório Covid-19 – Fiocruz) iniciou sua apresentação ([Anexo 2](#)) com o panorama geral do Observatório. Ele esclareceu que as recomendações são baseadas em critérios

com indicadores que envolvem: casos de Covid-19, óbitos, casos de SRAG (Síndrome Respiratória Aguda Grave), taxa de ocupação de leitos, cobertura vacinal, sempre com abrangência nacional.

Destacou que há uma heterogeneidade nos dados do país. Durante as últimas semanas houve uma baixa nos índices de todas as faixas etárias, com exceção de crianças. Esse descompasso entre os últimos números, segundo ele, tem a ver com o retorno das atividades educacionais.

Na ocupação de leitos, o cenário de declínio também se repete, mas é importante lembrar que isso depende da oferta de leitos. Há outros locais que precisam de acesso à vacina, prevenção e monitoramento.

Daniel ressaltou, também, que é necessário atenção nas próximas semanas, pois pode haver oscilação nos números, é preciso que haja observação se haverá queda sustentável.

Apontou que é imprescindível o certificado de vacinação, pois a população deve ficar atenta que a situação melhorou muito, mas a pandemia ainda não acabou. E esclareceu que a maioria dos dados apresentados são do boletim que está sendo preparado para ser apresentado nesta semana pelo Observatório.

Questões:

1. Diante deste cenário quando voltaremos para as aulas presenciais?
2. Há alguma observação sobre a Deltacron no Observatório?
3. Quais recomendações para os intervalos vacinais? Serão necessárias mais doses, além das 3 já indicadas?
4. Vamos poder garantir medidas protetivas para nossos estudantes e professores?

Algumas Unidades colocaram que suas salas são pequenas, em subsolos, sem ventilação e que o número de estudantes vacinados ainda é pequeno, que em pesquisa realizada em final de 2021, atingiam cerca de 40%, somente. Além das questões precárias do transporte.

Enirtes Caetano, vice-Diretora de Educação da ENSP, diz que na Unidade tem um prédio com uma face toda blindada e outro em obra que está todo envelopado. Mas que, desde meados de 2021, a escola vem preparando o retorno das aulas presenciais. Alguns cursos, no começo deste ano, tiveram o início adiado, por detectarem mais dificuldades, porém, outros, a partir de março de 2022, já voltaram. Ressaltou que na área blindada não retomaram as aulas presenciais, mas em outros espaços redimensionaram a capacidade das salas. Disse que o importante é entender cada caso, as diferentes necessidades de cada grupo, mas ter este planejamento do movimento de volta discutido. Dentro do coletivo, almejar um processo gradual de retorno, com acolhimento.

Questões:

A representante do ILMD perguntou se será cobrada carteira de vacinação, se sim a partir de quando? E se cada Unidade terá autonomia para decidir as ocupações das salas ou se CTE determinará padrões.

Respostas

Marília iniciou rodada de respostas, e concluiu que pelo panorama apresentado hoje, em todo Brasil, há uma baixa probabilidade de pessoas positivas para Covid-19, garantindo que só pessoas vacinadas frequentem os cursos, mesmo em sala fechada, mas com algum distanciamento e uso de

máscaras, os riscos são muito pequenos. Além disso é importante sinalizar e difundir o fácil acesso aos testes, que devem ser feitos caso surja algum contactante ou sintoma.

Com relação aos estudantes, cada Unidade, deve decidir o que fará com os seus estudantes/trabalhadores que não querem se vacinar. É preciso ser avaliado cada caso.

Daniel, respondeu sobre a quantidade de doses de vacinas necessárias, e esclareceu que, até o momento, quem está elegível deve tomar a terceira dose ou a segunda, conforme a indicação etária. A quarta dose, até então, só está indicada para imunossuprimidos.

Estão avaliando a efetividade das 3 doses, então, outras indicações devem ser aguardadas. Daniel acredita que a partir de agora, há a possibilidade de ser considerado como endêmico, e se isso acontecer a vacina, provavelmente, será como a da gripe, anual.

Sobre a variante Deltacron o Observatório ainda não tem notificações. Mas se acontecer será feito o acompanhamento e ações preventivas.

Marília ainda colocou que já viu cerca de 23 mil genomas relacionados a Covid-19, identificados nas Unidades da Fiocruz, que é um vírus muito mutável, e que devemos nos preocupar quando isto realmente se torna um risco. Não é o caso agora.

Cristiani retomou a palavra, agradeceu a Marília e Daniel pelas apresentações e diálogos cuidadosos, além de relatos de experiências e questões pertinentes trazidas pelo grupo.

Reforçou que cada Unidade deve planejar suas ações com suas peculiaridades e diz que retomada plena, quer dizer planejamento de ações e movimentos para retorno presencial, não total. E dá alguns exemplos de excepcionalidades.

2. Ensino híbrido

Moacyr Torres Junior (CDEAD/ENSP) apresentou a discussão do ensino híbrido ([Anexo 3](#)). Começou destacando que a Pandemia evidenciou algumas necessidades decorrentes da instituição do ensino remoto, por conta da Pandemia de Covid-19, mas lembrou que a discussão sobre o ensino híbrido não é recente, pois ela já está presente desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 no cenário educacional.

Propôs apresentar os pontos de convergência e os de divergência com as discussões atuais sobre o tema, e que essa discussão está em consonância com a literatura especializada e um documento que o Conselho Nacional de Educação (CNE) colocou em consulta pública (Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida).

Também sugeriu que é importante discutir as possibilidades pedagógicas de processos educativos híbridos e seus desdobramentos metodológicos, considerando o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de cursos e disciplinas.

Além disso, Moacyr destacou que é fundamental refletir criticamente sobre as potencialidades e limitações das tecnologias de informação e comunicação em processos educativos híbridos, tanto do ponto de vista do aluno quanto do docente.

Desafios do hibridismo

Híbrido é um termo polissêmico na sua relação com a educação, explicou Maurício. Ele apontou que se trata de uma discussão bastante ampla. Não há como estabelecer uma definição única.

O que é preciso entender, dentro dos desafios que se impõem, para adoção de processos educativos (híbridos), é que é necessário romper com os modelos que são mais fechados e que consideram modelos iguais para todos e que impossibilitem inovações mais profundas.

O ensino híbrido não é uma abordagem que se confunde com a educação a distância (EAD), não sendo considerado uma modalidade, conforme explicou Moacyr. O EAD tem uma regulação própria, uma legislação específica. Ele tem algumas bases que constam na sua construção e envolvem planejamento, processos avaliativos, incluindo os discentes e docentes, que foram aperfeiçoados ao longo de mais de 20 anos. Avaliação da qualidade dos materiais didáticos e dos recursos disponíveis nesses processos.

Além disso, Moacyr ressaltou que é necessário superar modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes. Num processo híbrido, os professores precisam atender muitos alunos ao mesmo tempo. E esse quantitativo de alunos envolvidos numa determinada disciplina ou num determinado curso vai impactar diretamente no trabalho docente.

Impacta, inclusive, na forma como os professores, também, ao trabalhar no coletivo, conseguirão individualizar para que os alunos encontrem sentido e relevância no seu processo formativo.

Para Moacyr, é necessário identificar quais são as potencialidades dos resultados acadêmicos do aluno com a utilização de técnicas e tecnologias diversificadas. Também refletir sobre quais métodos tradicionais funcionam e quais não funcionam. A ideia não é excluir totalmente o modelo tradicional. Mas, fazer com que esse modelo de transmissão ou de informação seja potencializado com alguns conhecimentos que não estão restritos ao professor.

É preciso considerar a liberdade que os alunos, atualmente, têm acesso à informação que as tecnologias digitais têm proporcionado e que extrapolam o modelo tradicional. Essa é, segundo Moacyr, uma forma de promover um diálogo maior nos espaços formativos, sejam eles presenciais ou não.

De acordo com Moacyr, é preciso diferenciar o que é a modalidade EAD com o que acabou se intensificando com o uso de recursos tecnológicos. Ou seja, a necessidade de utilizar recursos disponíveis para o enfrentamento à Pandemia de Covid-19, acabou fazendo com que se adotasse o que ficou denominado como aulas remotas.

Nas aulas remotas há uma interação em tempo real. A ideia é que professores e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas uma disciplina presencial.

No entanto, de acordo com Moacyr, foi necessário ampliar as discussões com o objetivo de gerar mais qualidade aos processos educacionais em curso.

O docente

Para Moacyr, no ensino híbrido, o papel do docente é muito mais amplo e avançado. Segundo ele, é necessário que o professor conheça ferramentas inovadoras para realização do seu trabalho; assumir seu papel mediador com mais tempo para observação do desenvolvimento individual do aluno proporcionando interação;

Além disso, é importante que o professor saiba utilizar adequadamente a tecnologia no processo de ensino e aprendizagem colaborativo – relação entre sala de aula, cotidiano do aluno e compartilhamento de experiências na construção de conhecimento; e oferecer ao aluno ferramentas e apoio para realização de atividades fora da sala de aula.

Para além de estabelecer um papel mais amplo ao docente, Moacyr aponta que também é necessário rever modelos pedagógicos, com a adoção de modelos inovadores e ambientes mais acolhedores; currículos mais integrados, interligados, interdisciplinares ou transdisciplinares; e uma avaliação mais ampla e flexível, que explicita as relações entre habilidades técnicas, cognitivas e competências socioemocionais.

Questões:

Ana Furniel (VPEIC/Campus Virtual) reforçou a ideia de que o ensino híbrido, de fato, não é uma modalidade, mas, um processo educativo. Alertou para a complexidade desse processo, com o uso de tecnologias envolvidas, e sugeriu mais apoio aos docentes nesse campo. Ressaltou, também, que as equipes de suporte, tanto para o ensino híbrido, quanto para a modalidade EAD, são muito importantes e necessitam de treinamento constante. Sugeriu que as oficinas que a ENSP está pensando em fazer sobre ensino híbrido/EAD sejam feitas coletivamente com as Unidades e com o Campus Virtual, a fim de unir esforços para melhorar a qualidade da oferta dos cursos.

Maurício De Seta (CDEAD/ENSP) ressaltou que o modelo de ensino remoto, adotado um curso do Departamento de Saúde e Direitos Humanos da ENSP durante a pandemia, vivenciou um aumento da acessibilidade para pessoas com deficiência, não só pela facilidade de acesso, como pela adaptação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Segundo ele, os conteúdos no AVA foram adaptados para pessoas com deficiência visual. Além disso, um dos docentes, que também é portador de deficiência, pode participar de diversas bancas virtuais. Então, a acessibilidade, de acordo com Maurício, é importante, tanto para o ensino remoto, quanto para o ensino híbrido.

Eduarda Cesse (VPEIC) destacou que a Fiocruz é uma instituição muito criativa e, desde sempre, buscou traduzir isso em ações que buscam inovações metodológicas. Percebe-se isso desde cursos mais robustos, como o VigiFronteiras, até os cursos que estão sendo concebidos agora, com a utilização do aporte de metodologias mais participativas. A pandemia também fez com que a VPEIC pensasse nessas estratégias, com destaque às disciplinas transversais, como potencial a ser explorado. A formação docente, conforme Eduarda, é outra questão que deve ser pautada fortemente na instituição.

Paulo Carvalho (VPEIC/GADIE) ressaltou que a CTE, além de ser um espaço de debate, tem se tornado um espaço de construção de consciência e de formação, o que se acentuou no período da pandemia. Paulo lembra que há um grupo de pesquisa na Fiocruz Brasília, do qual ele faz parte, sobre prática docente na Fiocruz e as perspectivas para a sua formação. Destacou que a apresentação sobre ensino híbrido foi muita rica e sugeriu que ela fosse editada, junto com os debates que se seguiram, para ser aproveitada como ferramenta de formação. Segundo ele, a conjuntura não tem colaborado para que a Fiocruz estruture melhor a sua política de formação docente. Muitas vezes, essa formação, fica sob responsabilidade do próprio docente. A expectativa, segundo Paulo Carvalho, é que se consiga construir algo mais permanente nesse campo.

Etinete Nascimento (CAD/CGE/VPEIC) convidou a todos para um debate, a ser realizado no dia 16 de março, sobre ensino presencial, híbrido e remoto: experiências e perspectivas, em parceria com a APG e divulgação da pesquisa realizada pela Associação de Pós-Graduandos.

Moacyr Torres Junior (CDEAD/ENSP) respondendo às questões levantadas, lembrou que a ENSP tem um curso de formação pedagógica para a docência, voltado para a modalidade EAD. Com a Pandemia, foi necessário fazer ajustes à carga horária e ao curso em si, pois antes ele era presencial para docentes EAD. E isso serviu para identificar o que é híbrido e o que não é híbrido. O que é EAD, e o que não é. Em relação à apresentação, Moacyr apontou que serviu para trazer elementos que não se esgotam, mas que servem para ampliar a discussão sobre o tema.

Cristiani Machado (VPEIC) ressaltou que, a partir das questões levantadas, é importante fazer alguns encaminhamentos. Lembrou que a discussão sobre formação docente está presente no PDIE 2021-2025 e recordou, também, que o Curso Internacional sobre a interdisciplinaridade das Ciências Sociais e Humanas para a Formação Docente em Saúde, coordenado por Tania Celeste, produziu contribuições muito ricas a respeito do tema. Cristiani propõe retomar a formação docente, com ênfase no ensino híbrido, com a responsabilidade do Fórum de Qualificação Profissional e EAD e colaboração do CDEAD/ENSP, para ajudar a pensar o componente ensino híbrido.

3. Auxílio à permanência do estudante de pós-graduação ([Anexo 4](#))

Cristiani Machado (Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz) informou que, no final de fevereiro, esse ponto foi apresentado ao Conselho Deliberativo da Fiocruz (CD Fiocruz) como informe qualificado em função do cronograma do colegiado. Cristiani afirmou que, antes de levar a discussão do Auxílio permanência à CTE, foi feito um estudo de viabilidade técnica, jurídica e financeira.

Apontou que, dentre as justificativas que se mostraram mais marcantes, diante do contexto, estão: as desigualdades histórico-culturais, que se expressam na ciência e na pós-graduação; as repercussões da “sindemia” e da crise multidimensional sobre os jovens e a educação; as restrições orçamentárias da CAPES e do CNPq, com baixos incentivos às carreiras científicas; os debates e a expansão de experiências nacionais e aprendizado internacional; as políticas da Fiocruz pró-equidade e inclusão, com a expansão de ações afirmativas; as diretrizes institucionais dos Congressos Internos (VIII e IX) e do PDIE 2021-2025; o processo de construção da Política de Apoio ao Estudante (PAE) pela CTE, desde 2021; o perfil, necessidades, e demandas dos estudantes.

Cristiani falou sobre a elaboração da Política de Apoio ao Estudante (PAE), que já foi apresentada na CTE e está sob a responsabilidade de um Grupo de Trabalho (GT). De acordo com Cristiani, em linhas gerais, a PAE está dividida em seis dimensões: Infraestrutura; Bolsas e auxílios; Apoio pedagógico e acadêmico; Inclusão e acessibilidade; Promoção da saúde e apoio psicossocial; e Participação discente e comunicação.

Entretanto, ela ressaltou que o foco da reunião é o Auxílio Permanência, que está inserido na dimensão Bolsas e auxílios. Cristiani apresentou as bases legais e normativas para a oferta do auxílio na Fiocruz. Explicou que o recurso para o auxílio virá do orçamento da Fiocruz, viabilizado através de um estudo orçamentário, com rubrica própria para essa finalidade.

Para a alocação de recursos, Cristiani apontou que foram apresentadas as seguintes justificativas: ampliar a permanência dos jovens na pós-graduação; contribuir para a promoção da equidade e

redução das desigualdades na educação e na ciência; atender parcialmente as demandas dos estudantes.

Dentre os requisitos obrigatórios para elegibilidade, Cristiani destacou: estudantes de baixa renda *per capita*, em situação de vulnerabilidade social; matrícula ativa em cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado acadêmicos presenciais; dedicação exclusiva ao curso, sem emprego ou atividade remunerada.

Terão prioridade no atendimento, de acordo com Cristiani: pessoas com deficiência, indígenas e negras (ingresso por cotas ou ampla concorrência); estudantes estrangeiros ou residentes a mais de 200 Km de distância do curso; com filhos abaixo de 5 anos; estudantes com menor renda *per capita*. De acordo com Cristiani, o valor do auxílio permanência será de R\$ 400,00 mensais, com a duração máxima se restringindo à duração do curso. Há uma estimativa de que o auxílio alcance entre 150 e 375 estudantes/ano. Deve haver uma chamada interna, realizada pela VPEIC, anualmente, com diálogo com as Unidades, além de processos de implantação e suspensão, também em parceria com as Unidades.

Dentre os desafios para a implantação do auxílio permanência, Cristiani destacou que a legislação, regulamentação e experiências existentes de políticas de apoio ao estudante ainda são muito voltadas à graduação. Há escassez de experiências de políticas de apoio para estudantes da pós-graduação. Existem restrições orçamentárias para o ano de 2022 e além. Há restrições no campo legal e administrativo para o atendimento de algumas demandas dos estudantes (Ex: transporte, creche). Há uma diversidade entre Unidades e modalidades educacionais. Há riscos relacionados a auxílios financeiros diretos que dizem respeito a complexidade do acompanhamento e controle; e conflitos de competências e de extrapolação do papel institucional.

Questões

Maria Raquel Dal Mare (Coordenadora da APG - Fiocruz PE) diz que considerou louvável a iniciativa. No entanto, apontou que o valor de R\$ 400,00 está baseado num decreto de 2010 e esse poder aquisitivo já está defasado em 73,12%, se for levado em consideração o IPCA acumulado dos últimos 10 anos. Então, apesar de entender que o orçamento é apertado, considera que o valor adequado seria R\$ 700,00. Também é necessário ficar claro como fica a posição dos bolsistas que vão participar do processo seletivo do auxílio permanência, uma vez que bolsa não pode ser considerada renda. Sugerir que os estudantes que não tiverem renda, nem bolsa, sejam considerados como público prioritário no edital. É importante, também, a estruturação do CAD, de forma descentralizada, porque é necessário o acompanhamento de um assistente social durante o processo.

Ingrid Pereira (ESPJV) sugeriu avaliar a possibilidade de reduzir um pouco a abrangência do auxílio permanência e tentar aprimorar o valor. Destacou, também, que a importância de termos como horizonte incluir os estudantes de mestrado profissional e os dos cursos de especialização lato sensu, além dos estudantes da Escola Politécnica os trabalhadores técnicos do SUS, reconhecendo que há especificidades para esses públicos, não como missão, mas desafio futuro, de auxílio que considerem a vulnerabilidade e a necessidade também de permanência para esses estudantes.

Sandro Hilário (COC) sugeriu incluir os programas profissionais (mestrado e doutorado), pois, para fins de avaliação, projetos de natureza social, agregam um maior valor. Também sugere avaliar o papel e a estrutura das secretarias acadêmicas diante desse novo processo de implantação de projetos de natureza assistencial.

Maria Raquel (COC) sugeriu que o auxílio permanência não seja confundido com a bolsa que é ofertada pela própria Fiocruz. Também pediu para esclarecer se o auxílio é válido somente para turmas novas, a partir da publicação do edital, ou para turmas em curso.

Paula Bevilacqua (Fiocruz MG) relatou que ficou com dúvida em relação aos critérios exigidos nos regimentos da Fiocruz para manutenção de bolsas acadêmicas (Parágrafo 3º, Art. 7º) e pediu esclarecimentos. Também sugeriu rever os critérios de renda *per capita*, levando em consideração o vínculo empregatício de quem ajuda a compor a renda. Pediu, também, para considerar como critério de concessão do auxílio, além de o estudante ser responsável por filhos, ampliar para a responsabilidade por idosos e pessoas com deficiência.

Eduarda Cesse (CGE/VPEIC) destacou que o esforço para a construção desse programa contou com uma estratégia de estudos sobre alternativas legais, legislação etc. Como a Fiocruz trabalha com políticas públicas, deve eleger prioridades. Os critérios sempre podem ser melhorados. Mas, dentro do estudo de egressos que foi realizado pela VPEIC, explicou Eduarda, há um percentual muito significativo de estudantes de especialização que estão no mercado de trabalho. Da mesma forma, ocorre com um percentual muito grande de profissionais que estão no mestrado profissional. Já no ingresso desses alunos, explicou Eduarda, é um pressuposto que ele esteja exercendo alguma atividade profissional. Então, sem tirar a legitimidade desses outros níveis de ensino, nesse momento, os programas acadêmicos de pós-graduação exigem uma maior preocupação com o acesso e a permanência do estudante, finalizou.

Elisabeth Leite (APG-RJ) sugeriu que sejam priorizados os estudantes que não exercem atividades remuneradas; que não tenham bolsa; e estudantes que residam a mais de 200km do curso e que não tenham residência no município/sede do curso.

Cristiani agradeceu todas as questões levantadas. Todas extremamente relevantes. O que, de acordo com a vice-presidente de Ensino, demonstra que, apesar do cenário difícil, todos estão preocupados em fazer o melhor possível.

Cristiani reforçou que não há experiências sólidas de auxílio permanência estudantil na pós-graduação, o que torna o assunto na Fiocruz bastante desafiador.

Nos critérios de elegibilidade para receber o auxílio, a bolsa deve contar como rendimento, respondeu Cristiani, conforme orientação da procuradoria da Fiocruz.

O valor de R\$ 400 é um valor de referência que, segundo Cristiani, foi baseado no que as universidades oferecem aos estudantes de graduação. Não é um valor ideal, mas foi preciso uma referência para partir de algum lugar. Também não pode substituir políticas públicas e deve ser destinado a estudantes que sejam, comprovadamente, muito carentes.

Cristiani reforça que esse auxílio não pode ser destinado ao mestrado profissional, pois esse nível de ensino é pensado para quem está no mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa de egressos da Fiocruz, cerca de 6% dos estudantes que entram no mestrado profissional, na instituição, já estão empregados. Enquanto, esse índice cai para cerca de 3% quando o aluno é egresso do curso, ressaltou Cristiani.

Então, por causa da finalidade do curso, esse não pode ser considerado um benefício meramente assistencial. É um benefício pró equidade, que visa garantir uma dedicação exclusiva do aluno a sua trajetória acadêmica.

Nos cursos de Especialização, além do ciclo ser mais curto, a maioria dos alunos também está empregado. O próprio curso é um investimento de público de formação para quem já está no mercado de trabalho, apontou Cristiani.

Para a implementação do Auxílio Permanência, Cristiani apontou a importância do apoio do CAD, das Secretarias Acadêmicas.

Não foram incluídos todos os critérios de vulnerabilidade, de acordo com Cristiani, mas foram elencados como prioritários para classificação: Estudantes com deficiência, indígenas ou negros, que ingressaram nas vagas destinadas a ações afirmativas (cotas) ou nas vagas de ampla concorrência; estudantes provenientes de outros países ou de localidades distantes a mais de 200 km da sede do curso; estudantes com filhos(as) menores de cinco anos; e estudantes de menor renda per capita.

Como recomendação, Cristiani sugeriu que o GT PAE, diante das sugestões levantadas a respeito dos critérios de prioridade (priorizar quem não tem bolsa, por exemplo), analise a viabilidade de hierarquizar os critérios sugeridos, juntamente com a APG.

Cristiani agradeceu a participação de todos e todas e pediu a compreensão por esse ser um passo que não atende tudo, mas, foi o possível fazer institucionalmente pelos seus estudantes, nesse momento.

Encaminhamentos

- Cada Unidade deve planejar suas ações, de acordo com suas peculiaridades, com o objetivo de retomar plenamente as atividades presenciais.
- Solicitar às Unidades um levantamento sobre os tablets (demanda/oferta). GT PAE traçar estratégia de diálogo com responsáveis pela inclusão digital nas Unidades para avaliar essa questão dentro do escopo da PAE.
- Criação de um GT para retomar a formação docente, com ênfase no ensino híbrido, com a responsabilidade do Fórum de Qualificação Profissional e EAD e colaboração do CDEAD/ENSP, para ajudar a pensar o componente ensino híbrido.

i

ANEXOS:

Anexo 1 – [Apresentação: Situação da COVID-19 e ações institucionais](#). Marília Santini (Coordenação da Pandemia).

Anexo 2 – [Apresentação Panorama Geral pelo Observatório Fiocruz Covid-19](#), Daniel Villela (Observatório Covid-19 – Fiocruz)

Anexo 3 - [Apresentação: Ensino híbrido](#), Moacyr Torres Junior (CDEAD/ENSP)

Anexo 4 – [Apresentação: Auxílio à permanência do estudante de pós-graduação](#) (Cristiani Machado – Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz)

LISTA DE PARTICIPANTES E REPRESENTAÇÕES
CTE 10 de março de 2022

Participante	Unidade
Adriana Coser	VPEIC
Analice Braga	CGE/VPEIC
Analuce	COC
Adelia Maria Oliveira de Araujo	Coordenação de Produção do CVF.
Ademir Martins	IOC
Adriana Reis	IFF
Alex Bicca	CGE/VPEIC
Ana Furniel	CVF/VPEIC
Anderson Boanafina	COC
André Santos	CGE/VPEIC
Ângela Ribeiro	CGE/VPEIC
Anunciata Sawada	IOC
Carla Caledônio	Fiocruz CE
Catarina Macedo Lopes	IOC
Claudia Brodskyn	Fiocruz Bahia
Claudia Fontes	IAM
Cláudia Valete	INI
Clélia Christina Mello Silva A Costa	IOC
Conceição Almeida	Fiocruz BA
Cosme Passos	ENSP
Maria Cristina Strausz	ENSP
Cristina Guilam	CGE/VPEIC
Cristiani Machado	VPEIC
Christina Menezes	COGEPLAN
Daniel Villela	Observatório Covid-19
Daniele Castro	PG VCV IOC
Danielle dos Santos	CGE/VPEIC
Deborah Fraga	Coordenadora PgBSMI - Fiocruz Bahia
Duda Rossi	VPEIC
Eduarda Cesse	CGE/VPEIC
Elyne Engstrom	ENSP
Elizabeth Leite	APG/RJ
Enirtes Caetano	Vice de Ensino/ENSP
Enrico Saggioro	SPMA/ENSP

Etinete Nascimento	CGE/VPEIC
Garibaldi	Fiocruz PE (IAM)
Idê Gurgel	Vice direção de Educação, Informação e Comunicação -VDEI/IAM
Iggor Cavaliere	APG
Ingrid Pereira	EPSJV
Isabella Delgado	CGE/VPEIC
Joselice Pinto	Fiocruz - PE
Katia Christina Leandro	INCQS
Kellen Gasque	Fiocruz Brasília
Lanna Carolina Afonso	Fiocruz Brasília
Luana Sandes	
Luciana	
Marcela Pronko	EPSJV
Marcia Castro	IFF
Margareth Queiroz	IOC
Maria Angélica Costa	
Maria Inês Doria Rossi	ICTB
Maria do Socorro de Souza	Fiocruz Brasília
Maria Rachel	COC
Mariana Souza	Farmanguinhos
Marco Alberto	
Margareth Queiroz	IOC
Maria Raquel Dal Mare	APG-PE
Marilia Santini de Oliveira	Coordenação da Pandemia
Mauricio De Seta	ENSP
Michelle Morata	
Moacyr Torres Junior	CDEAD-ENSP
Patricia Cuervo	BCM-IOC
Patricia Veras	Fiocruz BA
Paula Bevilacqua	Fiocruz MG
Paulo Barrocas	ENSP
Paulo Carvalho	VPEIC/CGE
Raquel Argento	
Rita Duarte	Eventos/VPEIC
Rita Souza	Fiocruz MG
Roberta De Freitas	Fiocruz Brasília
Roberta Gondim	DAPS/ENSP
Rosana Cristina Parente	ILMD
Rosana Valente	CGE
Rosilene	ICICT

Sandro Hilário	Sandro Hilário - Chefe de Secretaria Acadêmica da COC
Silvana Jacob	INCQS
Sonia Regina da Cunha Gertner	ENSP
Susana Wuillaume	IFF
Tatiane Nunes	Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão
Valéria Castro	Cooperação Social
Vera Luiza	ENSP
Victor da Silva Aquino	